

Censo Agropecuário

e a falta de consenso

Pesquisa do IBGE traz importantes informações, mas ainda deixa zonas obscuras para a pecuária

Luiz H. Pitombo

Logo nas primeiras linhas da análise divulgada pelo IBGE sobre o resultado do Censo Agropecuário de 2006, dados relevantes surgem sobre o setor produtivo da proteína animal. Entre os 5 milhões de estabelecimentos rurais existente no país, a criação de bovinos é a atividade mais comum e ocupa a terceira colocação de maior participante no valor da produção, 10%, superada apenas pelos cultivos da cana-de-açúcar e soja, com 14% cada.

Este é o Brasil pecuário, que se projeta nacional e in-

a criação de bovinos é a atividade mais comum e ocupa a terceira colocação de maior participante no valor da produção

ternacionalmente e atrai para si a responsabilidade de manter esta posição com inteligência e visão estratégica, numa época em que se busca o reordenamento mais justo da economia mundial, sem protecionismos e outras mazelas, e a mitigação das causas e consequências das mudanças climáticas.

Mas além da importância e dos ganhos de produtividade demonstrados pelo Censo, e não só dentro do setor pecuário, outros dados se mostram "alarmantes", como classifica Geraldo Barros, coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq-USP). Entre estes cita o elevado grau de analfabetismo no meio rural, a falta de assistência técnica e o baixo acesso ao crédito rural. Também aponta a persistente concentração de terras.

Em suas análises, diz que apesar do importante papel desempenhado pela agropecuária na sociedade, com aumentos de produtividade e redução de preços ao consumidor, existe uma quase au-

Rebanho bovino brasileiro*

Região/estados	1996	2006	Var.%
Norte	17.276	31.336	81
Rondônia	3.937	8490	115
Acre	847	1.721	103
Amazonas	733	1.154	57
Roraima	399	480	20
Pará	6.080	13.354	119
Amapá	59	57	-3
Tocantins	5.218	6.076	16
Nordeste	22.841	25.326	11
Maranhão	3902	5592	43
Piauí	1.704	1.560	-8
Ceará	2.382	2.105	-11
Rio G do Norte	954	878	-8
Paraíba	1.327	1.313	-1
Pernambuco	1.930	1.861	-3
Alagoas	968	886	-8
Sergipe	940	899	-4
Bahia	8.729	10.229	17
Sudeste	35.953	34.059	-5
Minas Gerais	20.044	19.911	-0,67
Espírito Santo	1.788	1.791	0,15
Rio de Janeiro	1.813	1.924	6
São Paulo	12.306	10.433	-15
Sul	26.219	23.364	-11
Paraná	9.900	9.053	-8
Santa Catarina	3.097	3.126	0,93
Rio G. do Sul	13.221	11.184	-15
Centro-Oeste	50.766	57.526	13
Mato G. do Sul	19.754	20.379	3
Mato Grosso	14.438	19.807	37
Goias	16.488	17.259	4
Distrito Federal	85	79	-6
Brasil	153.058	171.613	12

*Rebanho bovino total em mil cabeças, independente do porte do estabelecimento, incluindo os de corte, leite e trabalho. **Fonte** : IBGE, Censos Agropecuários de 1995/96 (animais contabilizados em 31/07/1996) e 2006 (animais em 31/12/2006), adaptação **Revista Nelore**.



sência do estado no cumprimento do seu papel de apoio à agropecuária, principalmente nas regiões mais carentes.

O Censo de 2006 trouxe algumas novidades em relação à sua última versão ocorrida em 1996. A coleta de dados passou a ser registrada eletronicamente pelos próprios recenseadores. A data de referência das informações voltou a ser, como sempre foi desde 1920, o dia 31 de dezembro do ano de referência, e não mais o mês de julho, como excepcionalmente aconteceu no caso anterior. Para a pecuária, este retorno não trás nenhum reflexo mais drástico na comparação entre dados de rebanho, por exemplo.

Também foi estabelecido um novo recorte na pesquisa, que continuará nos próximos censos, que trata de informações mais detalhadas para estabelecimentos rurais com mais de 50 cabeças, abrangendo a utilização da inseminação artificial, transferência de embriões, confinamento, entre outros dados. Foi suprimida uma classificação da atividade anteriormente existente de exploração mista (lavoura e pecuária). Para o enquadramento da atividade principal do estabelecimento, considera-se o valor que foi preponderan-

te na renda obtida com aquela produção, por exemplo, somando-se a receita com a venda de animais para o abate, animais comercializados, sêmen, embriões e outros obtidos na atividade pecuária ou agrícola.

É importante lembrar que a metodologia adotada pelo Censo pressupõe a informação prestada espontaneamente pelo entrevistado. Isto quer dizer que este pode ter, por vezes, um entendimento particular e pessoal da questão. Este aspecto é nítido quando

Um dos números mais aguardados era o referente ao tamanho do rebanho bovino, mas quando foi divulgado trouxe mais perplexidade

observados os resultados obtidos no Censo, referentes ao estado das pastagens, e a área relativamente pequena declarada como degradada, quando se compara este número com as estimativas realizadas

por órgãos de pesquisa. Igualmente é preciso levar em conta, como admite o próprio IBGE, algumas interferências relacionadas ao nível de escolaridade dos recenseadores em algumas regiões do país.

O conjunto de informações disponibilizadas em fins de setembro pela instituição é uma primeira grande remessa que pode ser acessada através do seu site (www.ibge.com.br) no próprio relatório do Censo ou no banco de dados "Sidra" em sua parte referente à pecuária. Novas tabulações e detalhamentos começarão a ser oferecidos e está previsto para o ano que vem o lançamento de cinco "filhotes" diferentes do Censo, um deles especificamente sobre a pecuária com análises mais aprofundadas.

Questão do rebanho

Um dos números do Censo mais aguardados pelo setor da pecuária de corte era o referente ao tamanho do rebanho bovino, mas quando de sua apresentação ele trouxe mais perplexidade. A questão é que havia pelo menos quatro números distintos usados como referência e esperava-se que o Censo pusesse um fim na discussão, mas parece que não foi o que aconteceu.

O Censo de 2006 aponta



Fotos Divulgação

Geraldo Barros, coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, Esaq/USP

que existia no país um total de 171,6 milhões de cabeças, entretanto, o outro número oficial existente referente ao mesmo ano, a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), também do IBGE, fala de um efetivo de 205 milhões de bovinos. Esta diferença de 34 milhões de animais chega a representar um contingente de bovinos similar ao que possuem vários países.

O engenheiro agrônomo Octávio Costa de Oliveira, Gerente de Pecuária do IBGE, explica alguns dos possíveis motivos para esta discrepância, que ele próprio deixa transparecer que não é nada confortável.

Ele comenta que a meto-

Rebanho de corte e suas categorias por região *

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C.Oeste	Brasil	Part. %
Bezerras e Novilhas (a)	5.106	2.708	4.276	3.055	10.770	25.971	23
Bezerros e Novilhos (a)	5.652	2.768	4.368	3.195	11.832	27.816	25
Vacas e novilhas	6.809	3.125	4.518	4.466	14.943	33.862	30
Touros reprodutor	746	474	434	301	1.324	3.281	3
Bois e garrotes para corte	3.884	1.735	3.644	2.270	8.975	20.510	18
Bois e garrotes para trabalho	174	91	84	53	237	641	0,5
Total	22.373	10.903	17.327	13.342	48.083	112.031	100

*Em mil cabeças, considerando rebanhos identificados como de corte em mãos de pecuaristas e outros tipos de produtores rurais contendo acima de 50 cabeças em 31/12/2006. (a) Bovinos com menos de dois anos de idade. Nas demais categorias são animais com 2 anos ou mais. **Fonte** IBGE, Censo Agropecuário 2006, adaptação **Revista Neloire**

Foto Embrapa Acre



Engenheiro agrônomo Judson Ferreira Valentim, chefe da Embrapa Acre

dologia diferente das pesquisas é um fator relevante. A PPM é um sistema de levantamento de dados indireto, utilizado para a atualização dos números entre os censos. Este representa a compilação de informações de diferentes fontes, como dos serviços de defesa sanitária (vacinação contra febre aftosa), sindicatos rurais, fornecedores de insumos, etc. Além de comportar um elemento subjetivo, ou seja, de representar uma avaliação sobre o desempenho do rebanho naquela região, alguns descompassos podem surgir mesmo através dos dados de vacinação, ou seja, como são coletados, processa-

dos e épocas em que são informados em cada estado.

Quanto ao censo, este sim é um recenseamento estatístico efetivo, mas que não está imune a falhas, aponta Oliveira. Por exemplo, pode não abarcar a totalidade de estabelecimentos numa determinada região ou contar com entrevistados que sub declararam seus rebanhos. O gerente do IBGE conta que não é de hoje que existe a possibilidade disso estar acontecendo, pois há o receio de que as informações prestadas tenham um caráter fiscalizador, por exemplo, do Imposto de Renda, o que não procede, diz.

O engenheiro agrônomo comenta que com um efetivo de 171 milhões de cabeças e abates estimados em 40 milhões para o mesmo ano (pesquisa do couro e abates com fiscalização federal, estadual ou municipal) o desfrute do rebanho crescerá para quase 24%, um percentual que precisaria ser checado e confrontado.

As diferenças entre os números da PPM e os do Censo, de acordo com Oliveira, estão muito concentrados em dois estados, Mato Grosso e Pará, embora ocorram em todos em maior ou menor grau. Dos

34 milhões a menos de bovinos identificados no Censo, 18% referem-se ao primeiro estado e 12% ao segundo, totalizando perto de 10 milhões de animais. Os outros estados com participações expressivas são Goiás e Mato Grosso do Sul, com perto de 10% cada um a menos, além de Rondônia e Rio Grande do Sul, cerca de 8% cada.

Frente aos dois conjuntos de dados – PPM e Censo, Oliveira chega a cogitar que o rebanho efetivo estaria entre os dois, o que numa média simples chega-se ao total aproximado de 188 milhões de cabeças.

Crescimento e pastagens

Tomando por referência os dados consolidados do Censo de 2006, o rebanho nacional cresceu 12% desde 1996, embora regionalmente a situação seja diferente. Sofreram recuo em seu contingente as regiões Sul (-11%), que estava com 23 milhões de bovinos, e a Sudeste (-5%), com 34 milhões. Os estados que mais sentiram nestas duas áreas foram, respectivamente, o Rio Grande do Sul e São Paulo (ambos com queda de 15%).

Nas demais regiões, todas apresentaram crescimento com destaque para a Norte (81%), que atingiu a 31 milhões de bovinos, ou 65% do rebanho nacional. Dividida esta população por algumas categorias básicas, todas as regiões guardam similaridades em sua distribuição de bovinos, e a Nordeste (11%) com 25 milhões. Neste último caso, a evolução foi puxada unica-

mente pelos estados da Bahia e Maranhão. Na região Norte, concentram-se os três maiores crescimentos do país, que são o Pará (120%), Rondônia (115%) e o Acre (103%). No Centro Oeste a arrancada veio do Mato Grosso (37%).

Em termos de participação dentro do rebanho, somente apresentou crescimento expressivo a região Norte, que passou a abrigar 18% dos bovinos existentes no país. A Nordeste manteve-se em torno dos 14%, a Sul e Sudeste caíram para 13% e 20%, respectivamente. Com pequeno aumento em sua participação e permanecendo na liderança nacional, está

Frente aos dados do Censo e da PPM, se cogita que o rebanho efetivo estaria entre os dois, o que numa média simples resulta em 188 milhões de cabeças

a região Centro Oeste, com 33% do total de cabeças.

Em uma análise mais detalhada, considerando somente propriedades de pecuária de corte com mais de 50 cabeças, foram contabilizados 112 milhões de bovinos, ou 65% do rebanho nacional. Dividida esta população por algumas categorias básicas, todas as regiões guardam similaridades em sua distribuição, com algumas pequenas diferenças. No total do país, 23% destes animais eram bezerras e novilhas com menos de dois anos de vida, um percentual que se repete nas re-

Pastagens e sua distribuição (milhões de ha)

Tipo	Brasil	Pecuária	Part. da Pecuária
Nativas	57,31	34,19	59,67%
Plantadas em boa condição*	91,59	63,26	69,13%
Plantadas degradadas*	9,84	6,47	65,75%
Totais	158,75	103,92	65,46%

Área média de pasto para bovinos (ha/cab)

1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
2,18	1,96	1,63	1,48	1,4	1,16	0,93

* Segundo informações prestadas pelos próprios entrevistados. Em 31/12/2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006, adaptação Revista Nelore

Em 1980 havia 1,4ha disponível para cada bovino, o que em 2006 caiu para 0,93ha por cabeça

giões Norte e Sudeste. Com 25% aparecem as regiões Sudeste e Nordeste, com a menor participação, 22%, ficando no Centro Oeste.

Em se tratando de bezerrões e novilhos, também com menos de dois anos de idade, estes representam 25% do total, o que se repete em todas as demais regiões, excetuando-se a Sul, onde cai para 24%. A categoria mais expressiva, em todas as situações, é a de vacas e novilhas acima de dois anos que, no País, somam 30% dos rebanhos de corte acima de 50 cabeças. Este percentual é o mesmo na região Norte, mas sobe para 33% na Sul e 31% na Centro Oeste. As menores presenças ficam nos rebanhos das regiões Sudeste e Nordeste, com 26% e 29%, respectivamente.

Quanto aos bois e garrotes para corte, do total dos 112 milhões de bovinos eles significam 18% dos animais, com as regiões Norte, Nordeste e Sul oscilando entre 16% e 17% de seu contingente. Na Centro Oeste eles sobem para 19%, mas sua maior participação está na Sudeste, 21%.

Um dado que foi apresentado pelo IBGE e outras fontes como sinal de aumento da produtividade dentro

da pecuária foi o crescimento do rebanho com redução da área total de pastos, que foram cedidos para a agricultura e outras atividades, resultando num aumento da lotação. Ocorreu uma queda expressiva na área das pastagens consideradas nativas, mas um crescimento de 1,8% das plantadas com mais 1,7 milhão de ha. As cultivadas cresceram especialmente na região Norte, com destaque para Rondônia e Pará. Também houve aumento no Nordeste, particularmente no Maranhão e Bahia, mas nas demais regiões ela se reduziu.

Considerando o total das pastagens do país, se em 1980

havia disponível para cada cabeça 1,48 ha, este número veio caindo sucessivamente até chegar a 0,93 ha em 2006. Num refinamento da informação, considerando unicamente propriedades classificadas como de pecuária de corte, estas contam com quase 104 milhões de ha de pastagens, ou 65% da disponibilidade nacional. As nativas representam 33%, as plantadas identificadas pelos entrevistados como em boa condição são quase 61% e as degradadas 6%, ou 10% do total nacional. A Embrapa costuma afirmar que entre 60% a 70% das pastagens nacionais apresentam algum nível de degrada-

ção, sugerindo que os informantes do Censo avaliam de forma diversa esta situação.

Biotecnologia e Confinamento

As informações sobre o uso da inseminação artificial e transferência de embriões (TE) são mais objetivas e não dão margem a interpretações, o que significam dados mais seguros.

Nos estabelecimentos de pecuária de corte com mais de 50 cabeças, pouco mais de 10 mil adotam a inseminação artificial. São 33,8 milhões de vacas, das quais 7% foram inseminadas, ou 2,2 milhões de animais. Sobre este total, o

Maiores inseminadores* (matrizes de corte)

Região/estados	N Estab.	N Vacas	Vacas IA	% Local	% Total IA
Norte	1.015	6.809	300	4	13
Pará	349	2.936	137	5	6
Tocantis	221	1.509	64	4	3
Rondônia	337	1.627	59	4	3
Nordeste	903	3.125	155	5	7
Bahia	491	1.425	92	6	4
Maranhão	207	1.047	44	4	2
Alagoas	41	78	6.990	9	0,3
Sudeste	2.372	4.518	328	7	15
Minas Gerais	1.097	2.271	161	7	7
São Paulo	1.048	1.837	140	8	6
Espírito Santo	93	185	13	8	0,6
Sul	3.314	4.466	426	10	19
R.G. Do Sul	1.881	2.685	321	12	14
Paraná	950	1.471	90	6	4
S. Catarina	483	310	14	5	0,6
Centro Oeste	2.735	14.943	1.027	7	46
Mato Grosso do Sul	1.152	5.927	499	8	22
M. Grosso	727	5.532	321	6	14
Goiás	836	3.470	205	6	9
Brasil	10.339	33.862	2.238	7	100

*Em mil cabeças, considerando apenas o rebanho de matrizes de corte em estabelecimentos com mais de 50 cabeças. Os dados referentes a cada região referem-se a todos os estados. Local – vacas inseminadas em relação ao rebanho de corte local. Total IA- vacas inseminadas em relação ao rebanho total de corte inseminado. **Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário 2006, adaptação **Revista Nelore.**

Mato Grosso do Sul detém o maior percentual, 22%, vindo a seguir o Mato Grosso e o Rio Grande do Sul, com 14% cada.

Mas ao se considerar o volume inseminado frente ao rebanho local, muitas vezes relativamente menor, a situação é diferente e surgem algumas novidades. No Centro Oeste, se destacam o Distrito Federal (15,3%), Mato Grosso do Sul (8,2%), Goiás e Mato Grosso (perto de 5,85% cada). No Sul, figuram o Rio Grande do Sul (quase 12%), Paraná (6%) e Santa Catarina (4,6%). No Sudeste, surgem em primeiro lugar emparelhados São Paulo (7,6%), Espírito Santo (7,5%) e Minas Gerais (7,1%). Na região Nordeste, os destaques são Alagoas (quase 9%), Bahia (6,4%) e Pernambuco (5%). Finalmente, na região Norte estão com os maiores percentuais o Acre (7,6%), Pará (4,7%) e o Tocantins (4,3%).

Em relação à transferência de embriões, existem 1,5 mil estabelecimentos de pecuária de corte com mais de 50 cabeças que adotaram essa biotecnologia com o implante em quase 140 mil vacas por todo o país. As regiões Sude-

elevada, perto de 36% das TEs feitas no Brasil em 2006.

O maior volume de propriedades que a utilizam está em São Paulo (314 unidades), responsáveis por 22% do conjunto de TEs do país, seguido de Minas Gerais (218) com 13%, Mato Grosso do Sul (165) e 14% das transferências, além de Goiás (163) com 11% das TEs.

Um outro conjunto de informações com este recorte de estabelecimentos – mais de 50 cabeças – é sobre a prática do confinamento com bovinos. A forma como está apresentada, no momento, não permite identificar se são animais de corte, mas segundo Octávio Costa de Oliveira, do IBGE, é possível dizer que a sua quase totalidade são de animais para este fim.

Desta forma, 20,8 mil estabelecimentos no Brasil informaram que o realizaram, com o maior número de instalações ocorrendo nos estados de São Paulo (16%), Minas Gerais (16%), Paraná (13%) e Goiás (11%). Mas em termos de cabeças confinadas, é Goiás que fica na dianteira com folga (25%), seguido de São Paulo (17%), Minas Gerais (13%) e Mato Grosso (10%).

Qualidades e limites

O engenheiro agrônomo Judson Ferreira Valentim, chefe da Embrapa Acre, tem analisado os dados do Censo 2006 e outros por integrar uma equipe de estudo que avalia os impactos da pecuária nos biomas da Amazônia, Pantanal e Cerrados.

Ele considera o Censo, em seu conjunto, um trabalho extremamente relevante e importante contendo indicadores para a formulação de políticas abrangendo aspectos de onde focar a assistência técnica, ne-

Maiores volumes de TE em estabelecimentos com bovinos de corte

Região/Estados	Estab.*	Recept.**	Part.%
Norte	152	14.490	10
Pará	55	6.376	5
Tocantins	42	3.138	2
Rondônia	43	2.597	2
Acre	7	2.099	1
Nordeste	139	10.475	7
Bahia	69	5.813	4
Maranhão	41	2.779	2
Alagoas	8	1.023	1
Sudeste	581	50.817	36
São Paulo	314	30.379	22
Minas Gerais	218	17.536	13
Rio de Janeiro	33	2.232	2
Espírito Santo	16	670	0,5
Sul	258	14.472	10
Paraná	110	6.921	5
Rio Grande do Sul	101	6.117	4
Santa Catarina	47	1.434	1
Centro-Oeste	442	49.735	36
Mato Grosso do Sul	165	19.376	14
Goiás	163	15.435	11
Mato Grosso	110	14.815	11
Brasil	1.572	139.989	100

* Estabelecimentos com mais de 50 cabeças de bovinos de corte.** Vacas que receberam transferência de embriões (TE). OBS: Nas regiões e Brasil estão expressos os totais de todos os estados integrantes. **Fonte:** IBGE, Censo Agropecuário de 2006, adaptação **Revista Nelore.**



Paulo Mustefaga, da Comissão Nacional de Pecuária de Corte

te e Centro Oeste apresentam participação similar e a mais

cessidade de estimular o uso de determinados insumos, conhecer quais já são utilizados e outros. Também faz questão de enfatizar de que o IBGE é uma entidade criteriosa, séria e que tem consciência das limitações que este tipo de metodologia apresenta.

Valentin reconhece que, por situações conjunturais, receio da fiscalização de órgãos ambientais e outros, ocorra uma sub declaração de áreas desmatadas e rebanho, por exemplo, além de que não existe nenhuma responsabilidade passível de penalidade pelas informações incorretas prestadas. Ele chega a sugerir que se institua

uma declaração, realizada de tempo em tempos, em que esta responsabilidade exista para a melhoria dos dados.

Particularmente em relação à situação do Acre, que acompanha mais de perto, diz que o rebanho indicado pelo Censo é de 1,7 milhão de cabeças, mas garante que é maior do que isso. Ele conta que dados de novembro de 2005 da defesa sanitária do estado apontam para a existência de 2,29 milhões de cabeças e que de um ano para outro o contingente não poderia ter sofrido um recuo tão grande. Por outro lado, diz que consta em seu estado a ocorrência de pastagens



Economista e consultor
Francisco Vila

nativas, o que é impossível, pois lembra que ele era todo recoberto por florestas e o que existe são áreas desmatadas onde houve formação de capoeiras. Outra questão que aponta é que no estado 52% do rebanho está em propriedades com até 100 cabeças e o recorte de certas informações unicamente para rebanhos acima de 50 cabeças faz com que vários dados sobre o Acre não tenham sido coletados.

Paulo Mustefaga, assessor técnico da Comissão Nacional de Pecuária de Corte, destacou o censo o ganho de produtividade demonstrado através da disponibilidade de pastagens, salientando que como aumentou a parcela das que são cultivadas, houve também um ganho em sua qualidade. Ele admite que a lotação média nacional ainda é baixa, apesar de ter grande potencial para melhorar. Para isso, porém, falta crédito. Nos últimos anos a pecuária de corte passou por uma fase de perda de renda sem quaisquer incentivos.

Quanto à área de pastagens indicada como degradadas, diz que faltou no censo um critério técnico para indicar isso de maneira mais adequada e que a Embrapa coloca aqueles percentuais de 60% a 70% dos pastos com algum grau de com-

prometimento.

Mustefaga vê como acertada a indicação de que o rebanho teria se expandido mais ao Norte do país, onde a disponibilidade de terra e seu preço são mais propícios à atividade. Entretanto, em relação ao efetivo de 171 milhões de cabeças, diz que o viu com frustração e pela discrepância com as informações da PPM, considera que o IBGE deveria ter divulgado uma nota técnica de esclarecimento sobre o assunto. Ele afirma que a ausência de um dado mais preciso dificulta o planejamento e complica. O rebanho nacional, como diz, "continua uma incógnita", mas acredita que esteja entre 171 milhões e 205 milhões de bovinos.

Pior para os pequenos

O economista e consultor Francisco Vila lamenta a discrepância de informações existente sobre a pecuária no país entre as diferentes fontes e entidades, tanto às referentes ao tamanho do rebanho como a área de pastagens.

Ele considera que o principal prejudicado é o pequeno produtor, por falhas geradas no planejamento de políticas de incentivo à atividade por parte do governo, financiamento e assistência técnica. Também fica prejudicada a organização de políticas de fixação do homem na terra, políticas sociais e ambientais.

Para os produtores que realizam a seleção de animais ou praticam uma pecuária de corte de ponta, afirma que possuem condições de se organizar e caminhar por contra própria tocando seus negócios. Porém, reconhece que se existissem melhores informações, teriam condições de se planejar mais e ganhar mais.

Para os produtores de insuamos, acredita que esta ausência de dados consistentes possa tra-

zer algum grau de dificuldade, mas lembra que possuem seus meios para obter as informações de que necessitam, como também os grandes frigoríficos. "Existem laboratórios com uma equipe de campo de 8 mil veterinários e outro com 10 mil e estes têm sua própria inteligência e criam suas estatísticas", diz. Vila acrescenta que, diferente da agricultura, a pecuária possui um ciclo mais longo e é menos sujeita a oscilações facilitando o planejamento.

Sobre a composição do rebanho demonstrada pelo censo nas propriedades de pecuária de corte com mais de 50 cabeças, é da opinião de que o contingente de 33 milhões de matrizes necessitaria estar com mais 5 a 7 milhões de cabeças, para reduzir o custo relativo dos bezerras. Já em relação ao nível de inseminação, acredita

que pelo tipo de sistema produtivo existente no Brasil, que este não deva ultrapassar a 10% do rebanho. Ele lembra que aqui não é como na Europa, que possui um inverno rigoroso e limitada estação de monta.

O consultor é da opinião de que o rebanho nacional não precisaria ficar acima de 180 milhões de cabeças e que o mais importante é reduzir a idade de abate dos animais para 24 a 30 meses, na média, e 18 a 20 meses para os novilhos precoces. Isto com o aprimoramento da gestão das fazendas, melhoria dos pastos e da genética, liberando mais áreas para a agricultura e silvicultura, reduzindo a pressão sobre o desmatamento e com mais renda ao produtor, possibilitando oferecer empregos melhor remunerados, desde que devidamente capacitados.

Bovinotech
RAÇÃO ANIMAL

Essas rações têm feito muitos campeões nas pistas

TERRASEMEN
NUTRIÇÃO ANIMAL

Tel.: (14) 3288-9227 | 9148-6644
www.terrasemen.com.br